

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.706 - SC (2019/0341186-3)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A**
ADVOGADO : **MARIANA GOMES SILVEIRA PIOVESAN E OUTRO(S) - SC028959**
RECORRENTE : **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTO PRINCIPAL INATACADO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 284 E 283 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

AMBIENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. LINHAS ELÉTRICAS. LICENÇA DE OPERAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, APRECIÇÃO EQUITATIVA. 1. A autuação tinha por objeto linhas de transmissão de energia elétrica que já estavam em operação antes que houvesse legislação exigindo licenciamento ambiental, tendo a empresa autora, posteriormente, envidado esforços para regularizar as referidas linhas sob o viés ambiental, inclusive tendo firmado termo de ajustamento de conduta, motivo pelo qual o auto de infração mostra-se desarrazoado. 2. A determinação da verba honorária não estava adstrita aos limites, em percentual, estabelecidos no § 3º do art. 20 do CPC/73, senão aos critérios de avaliação estabelecidos em suas alíneas, havendo possibilidade de se determinar valores aquém ou além do previsto, de acordo com o caso em análise e com a apreciação equitativa do magistrado.

No recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 60 e 70 da Lei 6.905/1998, 10 da Lei 6.938/1981, e 2º e 44 do Decreto 3.179/1999, pois: (i) ao menos uma das condutas descritas no auto de infração tem natureza de infração ambiental permanente (operação de linha de transmissão sem licença ambiental), por isso, em relação a essa conduta, não haveria falar em aplicação retroativa da legislação ambiental; (ii) o auto de infração foi lavrado em razão do não atendimento, no prazo, de condicionante prevista em termo de ajustamento de conduta celebrado com a recorrida; (iii) o termo de compromisso, quanto muito, apenas suspendem a exigibilidade das multas aplicadas, ou seja, não as extinguiu.

Houve contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

A insurgência não prospera.

O recorrente pede a reforma do acórdão recorrido argumentando, de modo genérico, que há uma conduta configurável como permanente, o que conduziria à validade do auto de infração aplicado por descumprimento do termo de ajustamento de conduta, mesmo sendo o ato questionado praticado anteriormente à legislação que exige licenciamento. Ocorre que tal argumentação encontra-se dissociada da fundamentação do acórdão recorrido, a qual foi construída sob a premissa de que a empresa fez a sua parte no que tange ao processo de regularização das linhas de transmissão, não havendo, na realidade, contrapartida do próprio IBAMA, que estaria atuando mais como órgão de arrecadação do que de proteção ao meio ambiente.

Nessas circunstâncias, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF impedem o conhecimento do recurso especial, seja porque as razões recursais encontram-se dissociadas da fundamentação principal do acórdão recorrido, seja porque tal fundamento não foi objetivamente impugnado.

Ademais, o acolhimento das alegações do recorrente exigiria novo juízo de matéria fática, em substituição do realizado pela Corte de origem, providência impossível nesta seara, nos termos da Súmula 7/STJ

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Quanto aos honorários recursais, deve ser considerado o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, e no Enunciado Administrativo 7/STJ (*“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC”*).

Levando-se em conta que o tempo de tramitação do recurso, contado apenas entre a sua interposição na origem e a data da prolação deste decisão monocrática, não é longo, e que não houve a necessidade de atuação do recorrido em comarca diversa da qual atua, bem como, por fim, tomando por premissa que a demanda recursal aparenta grau de complexidade ínfimo, condeno o recorrente a efetuar o pagamento de honorários recursais correspondente a 10% (dez por cento) do que já foi fixado, na origem, a título de honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator